NOVOS CAMINHOS

2

·REESTRUTURAÇÃO DA UNIVERSIDADE

·AMÉRICA CENTRAL

·SINDICALISMO

·PERFIL DA APUBH

UMA PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE - APUBH

- AGOSTO DE 1983 -

Equipe de organização, montagem e arte-final:
Anselmo, Ceres, Cleusa, Heloísa, Lucília, Nilcéa, Pompeu

ÍNDICE

= Universidade: As diretrizes do MEC para 1984 ou " O que da'pra rir, da'pra chorar " 3

Margarida Luiza de Matos Vieira e
Maria Ceres Pimenta Spínola Castro

= "Los contra esta'n por toda parte" 11

Heloísa Maria Murgel Starling e
Nilcéa Moraleida Gomes

= O movimento sindical e a C.U.T. 17

Rodolfo de Braga Almeida

= O perfil da APUBH e do movimento de professores da UFMG 24

Nilcéa Moraleida Gomes

APRESENTAÇÃO

A presente publicação tem por objetivo materializar uma das propostas de trabalho da atual diretoria da APUBH, qual seja a de proporcionar meios concretos, que permitam estimular a livre circulação e debate de idéias da UFMG, sejam eles de caráter específico à realidade universitária brasileira atual ou gerais, referentes à conjuntura social na qual estamos inseridos.

Através desta publicação, os professores interessados poderão divulgar seus pontos de vista, polemizando com artigos já publicados ou abrindo novas questões. Sugerimos apenas que tais contribuições não ultrapassem dez laudas, permitindo assim a participação de um maior número de pessoas.

Estamos abertos, também, a receber outros tipos de contribuições, como charges, contos, poesias e sugestões para o aperfeiçoamento da publicação.

A Diretoria.

UNIVERSIDADE: AS DIRETRIZES DO MEC PARA 1984

OU

"O QUE DA' PRA RIR, DA' PRA CHORAR"

ADVERTÊNCIA : Sugerimos aos colegas que na leitura *do* , *texto* deixem de lado o formalismo, o academicismo e a sisudez para que ele possa produzir alguns efeitos.

A comunidade universitária se vê perplexa diante da atual crise da universidade, e esta perplexidade se manifesta frente à ambiguidade da situação vivida. Se por um lado temos nítida consciência dos problemas *reais* enfrentados hoje pela universidade, constatamos, por outro lado, a impossibilidade concreta de trabalhar e superar tais problemas, pela ausência de poder e de autonomia para definirmos nossos próprios rumos. Seria interessante trabalhar um pouco a nossa perplexidade, que se origina no fato de que a universidade, que vivemos hoje foi projetada e construida a partir de interesses situados fora dela e que subordinavam e até mesmo suprimiam os interesses mais coletivos da sociedade brasileira. O processo que reformou a universidade em 1968 foi o mesmo que cassou a sua já pequena autonomia, como forma de viabilizar a universidade modernizada, dirigida por principios de racionalidade, eficiência e eficácia.

Alguns anos depois vemos a tentativa de atribuir os problemas enfrentados hoje pelo ensino superior a erros de projeções de informações, de execução do planejamento educacional ou de administração interna da universidade. Mais perplexidade, pois sabemos que o controle exercido pelo Estado sobre o sistema educacional tem sido muito grande,

e foi quase absoluto no período de modernização da universidade (1968-1975). Um exame, mesmo que superficial, da legislação educacional produzida neste período oferece uma idéia de como se efetivou o controle sobre o sistema de ensino superior. Entre leis, decretos, portarias e resoluções do CFE e do MEC, quase todos os aspectos do sistema de ensino estão normatizados. Desde a regulamentação da reforma universitária até a definição de critérios, que norteiam a autorização, reconhecimento, matrículas e vagas nos estabelecimentos de ensino superior; desde as normas para o credenciamento de cursos de pós-graduação e a criação de universidades até as disposições que disciplinam o corpo discente e normatizam sua organização própria; desde as regras que definem as formas de integração do estudante na estrutura universitária até as diretrizes para a seleção, promoção, organização e remuneração do corpo docente das universidades; desde a definição de currículos e ementas de disci

(UNHAPPY DAYS II) - DIÓGENES (O GREGO) E A CRISE DA UFMG -



plinas até as normas que expressam as mudanças na organização, conteúdo e duração dos cursos superiores; desde a regulamentação dos mecanismos de financiamento do ensino superior até os limites de taxas para o registro de diploma.

Além disso, os meios utilizados pelo Estado para modernizar a Universidade sempre foram os mais confiáveis e eficazes. Participaram do planejamento educacional as organizações mais competentes na área, seja a nível nacional ou internacional, a saber: Mr. Rudolph Alcon, Missão Usaid, Comissão Meira Matos, Conselho Federal de Educação, o grupo de trabalho para a Reforma Universitária, o antigo Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, além do próprio MEC.

À comunidade universitária se ofereceu naquele momento, o direito de fazer funcionar o modelo proposto, oferecendo-nos hoje as oportunidades de sofrermos e nos sentirmos perplexos com os problemas que surgiram.

Para nós, a emergência desses problemas vem indicar o sucesso do projeto, o seu funcionamento na medida do desejado, e não o seu fracasso. Ao realizar uma educação concebida pela óptica privatista, as contradições suprimidas emergem sob a forma de problemas. Portanto, num aparente paradoxo, conclui-se que por ter funcionado na medida do planejado é que o projeto fracassa, significando um fracasso da concepção que o produziu e não um erro de execução dessa concepção.

Dentre os principais questionamentos ao sistema de ensino superior encontram-se aqueles referentes à qualidade de ensino, desemprego de graduados, tecnificação do conhecimento, parcelarização do saber, não integração entre ensino, pesquisa e extensão, isolamento da universidade com relação ao ensino de 1º e 2º graus, etc. Tendo em vista as concepções que orientaram o projeto de educação superior

estes são o seu desaguadouro natural. Tais questionamentos devem ser vistos como indicadores do sucesso do plano, ao mesmo tempo em que indicam o fracasso da óptica que o concebeu.

Agora o MEC divulga um documento onde pretende realizar um pré-diagnóstico e definir as diretrizes para a solução dos problemas detectados.

Analisemos, a partir da leitura do documento, a tarefa que nos está sendo destinada pelo MEC e qual o caminho que ele indica para a superação dos problemas por ele mesmo criados.

1:- As preliminares do documento

ou

"Vamos parar para organizar".

A preliminar colocada no documento do MEC pode ser traduzida como "vamos parar para organizar". Duas questões estão implicadas nesta proposta. A primeira é que a parada é necessária por falta de recursos que dêm continuidade à expansão desenfreada de matrículas e instituições que imperou concomitantemente à ideologia do milagre, na década de 70. Esquece-se o MEC de que a expansão ocorrida foi, sobretudo, nas instituições particulares sob o estímulo e a chancela do próprio MEC e do CFE.

A segunda questão diz respeito à necessidade de organização, como se o caos existente tivesse sido produzido pela própria universidade e não como resultado da política planejada e executada pelo Estado.

O que se segue, no ítem "Linhas básicas", é a definição do que parar (a pesquisa e a pós-graduação) e o que organizar (o ensino). Para variar vemos o ensino de graduação continuar com sua missão histórica: a de legitimar medidas que são tomadas em seu

nome e ditas de seu interesse, quando sabemos que não é exatamente o ensino de graduação que está em questão.

2:- Os problemas da Universidade

ou

"as descobertas do MEC".

Para "reordenar o sistema de educação superior, como ' um todo", ou em outras palavras, "já que estamos parados vamos aproveitar para dar um jeito nas bagunças , o MEC faz algumas descobertas.

Descobriu que na Universidade que ele reformou Ensino-Pesquisa e Extensão não se desenvolvem integrados como são apresentados na Lei 5540 ou nos regimentos das universidades. Percebeu agora que o ensino de graduação não tem importância especial nem precedência apesar de estar informado de que as "instituições particulares estão voltadas predominantemente para a função-ensino". Descobriu mais: que são notórias suas (da universidade) atuais deficiências de infra-estrutura e que há uma perda de qualidade. É interessante observar que as descobertas do MEC são como ilhas. Para ele a existência de infra-estrutura deficiente e de perda de qualidade é mera coincidência pois adverte para as características da conjuntura econômica e avisa que há restrição severa dos dispêndios governamentais.

E o nosso ministério continua a descobrir: acha que é necessário avaliar a qualidade do ensino de graduação e percebe que a universidade não está integrada ao sistema de ensino como um todo.

Frente a tantas descobertas o MEC considera ser necessário "obter o maior número possivel de referências institucionais, ' aptas a proporcionarem uma visão diagnóstica e uma adequada supervisão ministerial". Em outros termos, o MEC percebe que tem nas mãos

um filho feio e procura a responsabilidade pela paternidade...

3:- A crítica à visão do MEC

ou

"descobrindo as descobertas"

Depois de ficarmos vários anos remando contra a política governamental que encaminhou a universidade para a brilhante realidade que o documento constata, nós, professores e estudantes diríamos com alívio: enfim o rei descobriu que seu filho está nu e virá vestí-lo. Iludidos estaríamos se pensássemos assim.

O raciocínio de nossos descobridores só consegue observar uma coisa de cada vez; faz suas descobertas em ilhas. Se a reforma de 68 e o corte em termos reais de verbas tornaram precária a situação da graduação, ao mesmo tempo em que incentivavam a pesquisa e a pós-graduação dentro do que consideravam "prioridades nacionais" agora nos dizem o seguinte: vamos fazer o contrário, rodem o moinho para trás. Desestimulando a pesquisa, ou melhor "exigindo-lhe funcionalidade didática" pensam estar dando prioridade ao ensino de graduação. Realmente, nossos descobridores dizem sim quando querem dizer não e com isto acreditam que estão sendo dialeticos. Desta forma acreditam que dizem sim ao esquecido ensino de graduação quando na realidade querem dizer não à pesquisa, pós-graduação e extensão que devem "ser absorvidos no esforço acadêmico global das instituições".

Além disso, na universidade reformada e quase que absolutamente controlada aparece a avaliação da *qualidade* e a exigência de auto-revisão por parte das universidades. No entanto, estas vão se dar apenas nos aspectos relativos a "disfunções de desempenho", "a capacidade instalada" e a eventuais ociosidades de recursos humanos docentes e administrativos da planta física, de laboratórios e oficinas didáticas. Repensar a universidade, re-estruturar o ensino supe

rior, definir seus rumos isto fica com o MEC que "através do CFE está reabrindo o debate da questão universitária, sob variados aspectos".

Para solucionar a questão da baixa qualidade do ensino particular é encontrada uma saída brilhante: apoio técnico, evidentemente partindo das universidades públicas, e a nossa já conhecida "ação orientadora e preventiva da supervisão ministerial"

Como se não bastasse, o documento exorta as universidades a descobrirem (com eles evidentemente) a existência do ensino de 1º e 2º graus, a se relacionarem com os sistemas estaduais de ensino e a relembrarem de que seus alunos passam pelo 1º e 2º graus e que as universidades têm tentado formar professores para estes níveis de ensino. Seria bom que o MEC se lembrasse que inventou o vestibular unificado, que reformou o ensino básico pela Lei 5692, que criou a licenciatura curta e que, entre outras coisas, a educação neste país não tem sido tratada com relevância.

4:- As descobertas ainda por serem feitas

ou

"porque o ovo de Colombo ainda não foi colocado em pé ..."

Sentindo a boa vontade do MEC para fazer descobertas sugerimos que vá um pouco mais além (ou quem sabe mais atrás) e redescubra duas questões já exaustivamente levantadas pelo movimento docente (ver atas de todos os congressos da Andes ou pelo menos alguns jornais à disposição em qualquer banca do país):

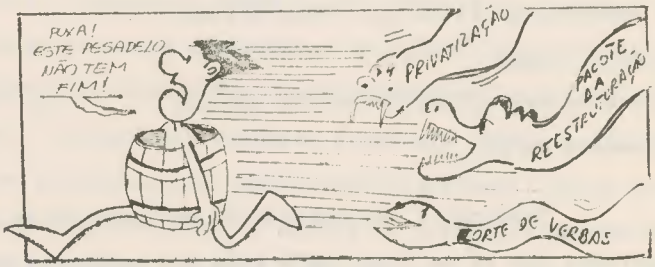
1:- há necessidade de ampliação dos recursos para a educação nos seus diversos níveis;

2:- há necessidade de democratização da estrutura universitária, que permita à comunidade universitária definir o seu proje

to, gerí-lo e fiscalizá-lo, construindo uma relação mais estreita entre a universidade e a sociedade.

No entanto, em que pese a sua boa disposição para descobertas, a mensagem principal do documento aponta justamente para uma direção oposta ao caminho exposto acima. Informa que haverá menos recursos e que a autonomia continuará a ser restrita a questões de desempenho técnico.

Em suma, segundo brilhante conclusão a que chegou destacado mestre da FAFICH, após a leitura do documento: " O MEC está informando que não há dinheiro para a pesquisa, a pós-graduação e extensão. Resumam-se ao cuspe e ao giz". Ao que acrescentamos, após o novo pacote do FMI: pouco cuspe e pouco giz!



"LOS CONTRA ESTÁN POR TODA PARTE"

A situação de guerra civil em El Salvador e a vitória da revolução sandinista na Nicarágua colocaram a América Central no Centro do noticiário político internacional. No entanto, a imprensa tem-se limitado, via de regra, à análise da situação especifica destes Países deixando de lado as particularidades do processo de evolução histórica desta região, sobretudo no que tange à formação dos Estados Nacionais, que nos permitem entender o quadro geral onde se inserem então movimentos revolucionários, não só em Nicarágua e El Salvador, como também nos demais países da América Central.

Durante o processo de independência ocorrido na primeira metade do século XIX, observa-se na América Central a ausência de guerras de independência. Naquela região, o processo de emancipação se deu praticamente como reflexo do movimento conservador mexicano, - persistindo em várias regiões, como El Salvador, autoridades do período colonial à frente do novo regime. Neste momento não existe sentimento nacional que leve à formação de países independentes. Assim, em um período inicial, a Guatemala tenta sua anexação ao Império Mexicano, Costa Rica à Grã-Colômbia e ironicamente, El Salvador aos Estados Unidos.

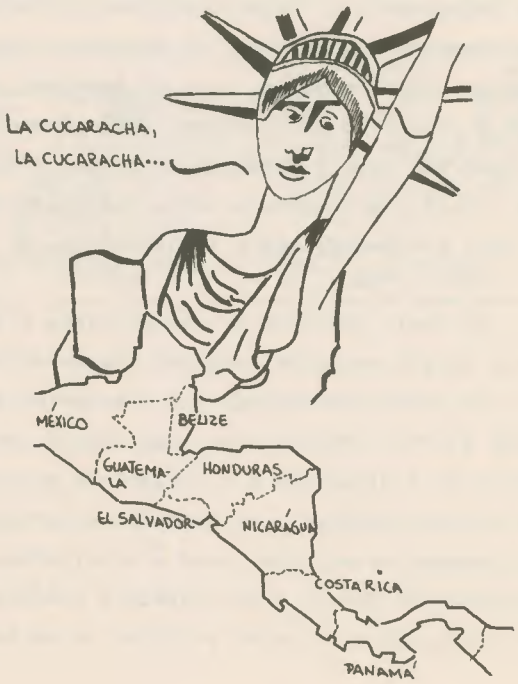
Do ponto de vista econômico, após a Independência, a América Central existe enquanto pequenas economias auto-suficientes e atrasadas, com pouca comunicação com o exterior e com um sistema de comunicações interno praticamente inexistente. Na medida em que avança o século XIX, a dispersão e o isolamento geográfico-administrativo herdado do período colonial, as pressões internacionais inglesas e sobretudo norte-americanas, que levam à proliferação de áreas econômicas controladas "de fora", o que impede o domínio local da produção e ainda a revindicação do poder político em um âmbito espacial muito

menor, vale dizer, por famílias latifundiárias, são elementos importantes no processo de desintegração da unidade da América Central, que permitem a fragmentação e descentralização do poder político.

Em outras palavras: o Estado que se forma nesta região surge a partir de uma sociedade civil débil, devido inclusive a estratificações étnicas, com zonas produtivas não controladas inteiramente pelo capital, como grupos humanos desintegrados da vida econômica e política, além da existência de vastas áreas geográficas sob controle externo. Enfim, existem profundas dificuldades para se atingir plenamente a unidade nacional.

Frente à necessidade de se ordenar em proveito da economia de exportação os fatores produtivos internos, o Esta-

– A AMÉRICA CENTRAL E O SEU "GRANDE IRMÃO DO NORTE" –



do assume claramente sua feição repressiva, assinalando-se o papel do exército como presença inicial e decisiva no processo de formação do Estado. É o caso, por exemplo, da fazenda cafeeira na Guatemala e El Salvador, que baseou sua existência e funcionamento a partir do monopólio da terra e na ordenação do mercado de trabalho via disciplinamento da mão de obra pela força.

No caso da América Central, o processo de modernização da sociedade se dá por uma vertente extremamente autoritária, provocando o endurecimento da vida política através da presença decisiva das Forças Armadas, embora tais aspectos sejam encobertos e/ou dissimulados por uma legislação dita liberal-democrática, cujo ponto alto é a Constituição Nacional.

A conjunção de tais elementos nos permite compreender então o surgimento, nessa região, daquilo que chamaremos de Ditaduras Militares Tradicionais, no sentido de diferenciá-las do processo de militarização do Estado na América Latina das décadas de sessenta/setenta, notadamente no caso brasileiro, chileno e argentino.

Tais ditaduras são originárias de países de economia menos complexa, com predominância de situação de enclave, isto é, extensas zonas cuja economia é controlada diretamente pelo capital externo. Surgiram como resultado do processo de intervenção norte-americano na América Central durante a primeira metade do século XX, quando os Estados Unidos ao completarem sua "conquista interna" - far-west - avançam no sentido de constituírem uma "fronteira móvel", pelas próprias necessidades de expansão do capital financeiro. Este processo começará certamente junto das fronteiras do próprio Estados Unidos. A América Latina e sobretudo os pequenos países da América Central oferecerão pespectivas tentadoras, seja através de intervenção militar, seja por controle econômico ou ainda pela conjunção desta duas formas.

Dentro deste quadro, as ditaduras militares tradicionais da América Central têm como principais funções assegurar a su

perexploração do trabalhador sem maiores problemas e garantir as disputas interoligárquicas sem ameaça à ordem vingente. Este último aspecto é particularmente importante sobretudo porque tais regimes representam somente um setor da oligarquia local, via de regra ligada ao capital norte-americano e por ele mantida. Normalmente estas ditaduras têm um caráter de classe tão reduzido que chegam a se constituir em clãs, por exemplo o caso de Somoza, Trujillo Duvalier e outros. Neste sentido, como são incapazes de unificarem em seu projeto político as demais frações da classe dominante, sofrem clivagens internas irremediáveis, como no caso nicaraguense, onde uma fração "nacionalista-modernizante" liderada por Chamorro e pelo jornal La Prensa se opôs decididamente ao regime somozista, chegando em um primeiro momento a integrar a Junta sandinista através da figura de Violeta Chamorro.

Por outro lado, o poder pessoal destes clãs é garantido por uma estrutura militar que independe das bases tradicionais da oligarquia e que é a responsável pela institucionalização do terror - a Guarda Nacional. Em contrapartida, este tipo de violência tem gerado oposições que caminham rápidamente para a radicalização extrema, como ocorreu na Nicarágua e que pode ser observado hoje em El Salvador e ainda, em menor escala, na Guatemala.

Essa radicalização tem assumido a forma da guerrilha, que se expande no campo com a adesão cada vez maior da população e chega à tomada das maiores cidades. A opção pelo caminho político da guerrilha decorre da existência de um parlamento que não dá vazão às formas de participação e aos partidos mais democráticos, da situação de miséria, superexploração e de violenta repressão oficial e para-militar à população civil, particularmente aos trabalhadores. Há uma descrença generalizada no Estado, pelas suas características oligárquicas, pela falência de vários governos reformistas, pelas eleições fraudulentas e pela sucessão de golpes e contragolpes em consequência das disputas internas e da intervenção norte-americana.

Ao lado destas razões, as organizações de oposição

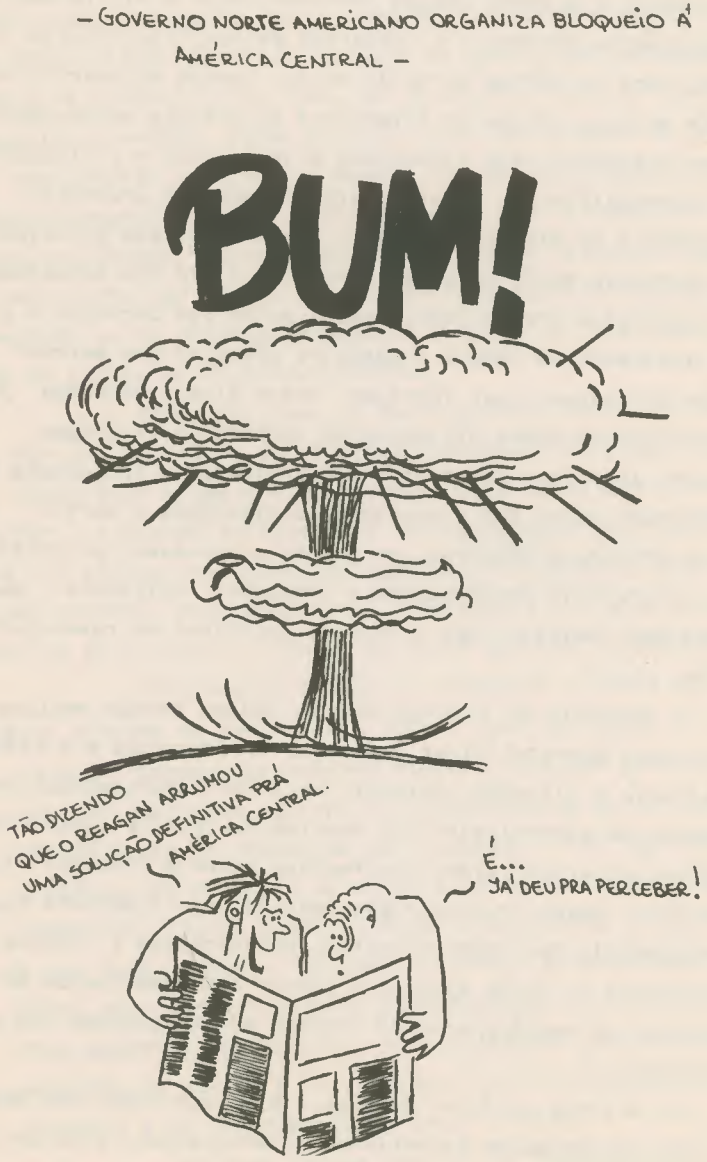
tendem cada vez mais a se organizarem em frentes anti-regime e pela libertação, já que não têm saídas diantes da falta de liberdade política.

Quanto aos EUA, a postura militarista e belicista - que caracteriza o governo Reagan tem ocasionado a militarização de toda a América Central e a conversão de conflitos locais em regionais. Como em várias parte do mundo, também na América Central estão em jogo não só os interesses econômicos norte-americanos, mas sobretudo seus interesses estratégicos e a disputa - entre as superpotências. Diante disto, Reagan tem promovido a ajuda econômica às ditaduras locais, que é destinada principalmente ao fortalecimento de seus exércitos. A CIA tem executado manobras golpistas preventivas, como o golpe que derrubou o governo da Guatemala em 1982 e o desastre aéreo em que morreu o presidente do Panamá, Omar Torrijos. Costa Rica e Honduras foram convertidos em bases militares de agressão à Nicarágua e El Salvador. As forças somozistas são treinadas e financiadas de forma descarada pelos EUA e penetram na Nicarágua a partir de uma região próxima a Honduras, em que os camponeses proprietários, de postura mais conservadora e tradições religiosas mais arraigadas tem resistido aos processos políticos da revolução - sandinista.

Enquanto no interior destes países tramam medidas golpistas, tentam desestabilizar o governo nicaraguense e militarizam cada vez mais a situação nacional, no plano internacional os EUA procuram isolar os guerrilheiros da América Central, e particularmente a Nicarágua. Divulgam falsas informações sobre a situação interna destes países, fazem propostas absurdas de negocição para configurar a intransigência dos guerrilheiros salvadorenhos e constituem alianças políticas no plano mundial e forças interamericanas de intervenção não só da região, como já ocorreu no ano passado com militares argentinos.

As últimas notícias mostram o bloqueio naval dos EUA à Nicarágua como uma medida de terrorismo internacional, visando agra-

var a situação interna e facilitar a ação das forças contra revolu - cionárias somozistas e não somozistas que se articulam a partir de Honduras, como forma de derrubar o regime sandinista.



O MOVIMENTO SINDICAL E A C.U.T.

A proposta de realização de um Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras foi lançada por sindicalistas em 1977. Após longo processo de lutas e discussões, foi realizada em 21/05/1981 uma reunião com a participação de 183 entidades de 13 Estados, que convocaram o Iº CONCLAT (Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras) para os dias 21, 22 e 23 de agosto/81.

Em preparação para o Iº CONCLAT, foram realizados Encontros das Classes Trabalhadoras (ENCLATs) em 14 Estados (inclusive em Minas Gerais). Nestes se discutiu o temário proposto e foram eleitos representantes, delegados e observadores das entidades sindicais participantes.

O Iº CONCLAT, marco histórico do movimento sindical brasileiro, se realizou na Praia Grande (Município do Estado de SP), com a participação de 1091 entidades e 5036 delegados. Foram abordados todos os problemas da classe trabalhadora: desemprego, posse da terra, organização sindical, lei de segurança nacional, a assembléia nacional constituinte, etc.

Discutidos os problemas e a necessidade de unificação do movimento, foi aprovado um plano de lutas, um cronograma de atividades e a realização, em agosto/82, do IIº CONCLAT, com o objetivo de fundar a CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (C.U.T.). Para centralizar e garantir o encaminhamento das propostas, foi eleita uma Comissão Nacional Pró-CUT, composta de 56 dirigentes sindicais de todo o País.

Essa comissão, entretanto, não conseguiu levar a contento a sua tarefa básica de centralização das lutas, devido provavelmente às dificuldades políticas de constituição das coordenações regionais. Entretanto, os trabalhadores continuaram a demonstrar em vários momentos, a necessidade de centralização e unificação das lutas dos explorados contra os exploradores.

Em julho de 82 a Comissão Nacional Pró-CUT decidiu adiar para 1983, o IIº CONCLAT que ia se realizar em agosto daquele ano. A conjuntura eleitoral, a decisão da CONTAG(Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) de não participar do Congresso na data prevista (agosto/82), problemas políticos internos do movimento sindical e o imobilismo da Comissão Nacional Pró-CUT, foram as razões do adiamento.

No entanto, em 1982 foram realizados vários ENCLATs. Discutiu-se o temário inicialmente proposto e foram eleitos 3 delegados de cada intersindical, para participar da Comissão Nacional - Pró-CUT.

O IIº ENCLAT-MG realizou-se nos dias 7 e 8/8/82. Contou com o comparecimento de 100 entidades, 360 delegados e 97 observadores eleitos por suas entidades.

Foram aprovadas as seguintes resoluções:

1) análise da conjuntura nacional caracterizada pelo arrocho salarial, desemprego, falta de liberdade, falta de garantia da educação e manutenção da saúde, injusta distribuição da terra, exploração de nossa economia pelas multinacionais através do regime político-militar imposto à nação nesses últimos 19 anos, que



oprime e obriga os trabalhadores a pagar a maior parte de uma dívida que não contraíram e que fez do Brasil um país miserável, apesar dos seus grandes recursos naturais e humanos. Concluiu-se também que a dominação das potências imperialistas é a responsável direta pela situação de submissão, dependência e miséria econômica, social e política em que vivem os povos dos países explorados;

2) *reafirmação das propostas políticas aprovadas no CONCLAT/81;*
3) *unificação da luta dos trabalhadores da cidade e do campo (luta contra o desemprego, sindicalização em massa, fortalecimento dos sindicatos e associações, com pautas salariais unificadas segundo as categorias, extensão dos direitos previdenciários ao trabalhador do campo, luta pela garantia das conquistas já alcançadas, luta por autonomia e liberdades sindicais).*
4) *reforma agrária ampla, massiva, radical e imediata;*
5) *reajuste semestral e direito à sindicalização de todo o funcionalismo público;*
6) *luta pelo direito à moradia; pelo ensino público e gratuito em todos os níveis;*
7) *repúdio ao pacote previdenciário;*
8) *independência e fortalecimento da economia nacional, com o congelamento da dívida externa e aplicação interna dos recursos naquilo que for do interesse do povo brasileiro;*
9) *denúncia e luta contra todas as formas e manifestações do imperialismo;*
10) *eleições limpas em 82, com unidade das forças de oposição visando à derrota parlamentar do governo e de seu partido;*
11) *fim do regime militar;*
12) *revogação da lei de segurança nacional;*
13) *assembléia nacional constituinte livre e soberana, convocada por um governo provisório, democrático e de unidade popular, convocação essa precedida pelo fim do regime militar;*

Em relação ao movimento sindical e intersindical foram aprovados os seguintes pontos:

a) amplo trabalho de organização por locais de trabalho;

b) combate ao imobilismo e avança no trabalho das entidades sindicais (amplo relacionamento com as bases, realização de assembléias das categorias, debates e encontros com os movimentos populares afins etc), com vista à elevação da consciência política dos trabalhadores a partir de suas reivindicações especificas;

c) união de todos os trabalhadores rurais e urbanos, consubstanciada na unidade do movimento sindical;

d) aliança do movimento sindical com os movimentos populares, democráticos e progressistas;

e) liberdade e autonomia sindicais, com desatrelamento do Ministério do Trabalho.

Em relação à situação internacional, foram fixadas as seguintes posições:

a) de solidariedade aos trabalhadores de todo o mundo, apoiando-os em sua luta contra a exploração de sua força de trabalho;

b) de repúdio a todas as formas e manifestações do imperialismo;

c) de solidariedade das entidades sindicais a todos os povos que lutam por libertação, com destaque atual para El Salvador, Palestina e Nicarágua. Esse apoio deve se manifestar de forma concreta (participação em comitês, atos públicos, divulgação e discussão com a categoria etc.).

Aprovou-se a realização de um IIº CONCLAT de unidade (trabalhadores da cidade e do campo) em agosto/83.

Foi eleita a Comissão Estadual Pró-CUT, que ficou assim constituída:

a) 5 representantes da atual Comissão Nacional Pró-CUT (André Montalvão da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de MG, FETAEMG; Tilden José Santiago, do Sindicato dos Jornalistas; Guilherme Tell, do Sindicato dos Professores do Estado de M.G. ; João Silveira, do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo HOrizonte e de Contagem e João Paulo Pires, do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade);



b) 6 entidades da Região Centro (Sindicato dos Médicos de BH; Sindicato dos Metalúrgicos de Betim; Sindicato das Indústrias Extrativas; Sindicato dos Trabalhadores das Refinarias de Petróleo, SINDIPETRO; Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações, SINTEL; Associações dos Servidores do DER, ASPER);

c) 2 federações, dos Bancários de MG e dos Metalúrgicos de MG;

d) 12 entidades de trabalhadores rurais e urbanos (representando 6 regiões), a serem escolhidas posteriormente em regionais amplos (norte de Minas, Sul de Minas, Triângulo Mineiro, Centro-Oeste, Zona da Mata, Vale do Aço e Nordeste).

Foram também escolhidos em processo eleitoral as 3 entidades que se incorporariam à Comissão Nacional Pró-CUT: Sindicato de Médicos-BH, Sindipetro e ASDER.

Após a realização do ENCLAT/82-MG, o movimento sindical mineiro continuou com problemas de unificação e participação das entidades. A nível nacional, com o reforço da Comissão Nacional Pró-CUT, através dos ENCLATs (delegados das intersindicais) e da participação das confederações, sua atuação melhorou, mas sem conseguir ainda maior presença.

No entanto, as últimas manifestações e greves (Servidores Públicos Federais, funcionários das estatais e a greve geral do dia 21/7) transformaram radicalmente o clima no movimento dos

trabalhadores e no movimento sindical em particular. A perspectiva é de que os ENCLATs e o IIº CONCLAT deste ano sejam participativos, vigorosos e polêmicos. Todas as direções deverão jogar nesses eventos. O movimento de massa cresce, exigindo lideranças e rumos concretos para as lutas que estão se ampliando e radicalizando

A conjuntura nacional está exigindo dos trabalhadores um posicionamento mais efetivo. Os governos e o empresariado nacional estão se posicionando, sem conseguir, no entanto, mostrar uma saída para a crise. Os trabalhadores entraram decididamente na cena política brasileira com os últimos movimentos e seus posicionamentos e ações serão decisivos num futuro bem próximo.

Dentro do temário proposto, três questões já estão levantando debates: a criação da C.U.T. (agora ou não), a greve geral e os critérios de representação. Quanto a esta última, algumas Federações estão se posicionando contra a participação das Associações, especialmente dos funcionários públicos. Aí está um motivo a mais para participarmos, professores universitários, com maior empenho, pois não somos sindicalizados porque há proibição legal. Só conseguiremos a revogação da proibição com o apoio de todas as categorias dos trabalhadores.

Outra questão que se coloca particularmente para nós é a de participarmos com os trabalhadores na discussão da educação, da defesa da universidade brasileira e da luta pelo ensino público e gratuito.

O encontro mineiro, denominado agora de Conferência Estadual das Classes Trabalhadoras (CECLAT-MG) será realizado nos dias 13 e 14/08/83, aqui em Belo Horizonte.

O IIº Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (IIº CONCLAT) será realizado nos dias 25, 26, 27 e 28/08/83 em São Paulo.

O temário do CECLAT e do IIº CONCLAT é o mesmo:

1) Plano de Lutas:

a) recessão e desemprego;

b) política salarial e inflação;

c) política agrária e agrícola;

d) previdência social

e) liberdades políticas e sindicais;

f) política habitacional;

g) política educacional;

2) A Central Única dos Trabalhadores:

a) carta de princípios;

b) estatutos;

c) intersindicais estaduais;

d) estrutura sindical;

e) relações internacionais.

Apesar de o movimento docente, através de seu IIº Congresso, ter decidido sobre a participação dos professores universitários no movimento dos trabalhadores e da Pró-Cut, nossa participação tem sido tímida, o que demanda maior esforço, tendo em vista superar as limitações existentes.

I SEMINÁRIO NACIONAL ANDES/UNE/FASUBRA

Dias: 02,03,04, de setembro de 1983
Local: PUC de S.P.

Abertura: dia 02/09, às 20:00 horas

Expositores: Prof.Paulo Freire
Prof. Darcy Ribeiro

dia 03/09 - Debates

Temas: - Apresentação das plataformas e programas das entidades(ANDES, UNE,FASUBRA).

- Exposição dos temas

- Discussão em grupos

-Reunião dos relatores e dos setores do movimento(Particulares, Autárquicas,Estaduais,Fundações).

dia 04/09 - Plenária Final

- A APUBH ENVIARÁ DELEGADOS -
PARTICIPE DAS DISCUSSÕES -

O PERFIL DA APUBH E DO MOVIMENTO DE PROFESSORES DA UFMG

Hoje em dia traçam-se perfís a respeito de quaisquer assuntos e alguns perfís são mais ou menos desastrosos para o país e para nossos interesses.

A APUBH, no entanto, tem um perfil positivo resultante da prestação de importantes serviços aos professores e à Universidade.

Com base nos dados computados pela Universidade, podemos também determinar algumas características de nossa entidade, que, apesar de poucos anos de existência, tem demonstrado muita vitalidade na condução das questões que interessam aos docentes da UFMG, e por isso tem expandido continuamente seu número de sócios e seu raio de ação.

A APUBH conta hoje com 1355 sócios na UFMG, de um total de 3.292 professores existentes no quadro de pessoal da Universidade. Se examinarmos a Tabela seguinte, veremos que 41% dos professores da UFMG são sócios da entidade, distribuidos por 20 unidades e ainda contando com alguns associados na Reitoria. Do conjunto de escolas e unidades, não contam com sócios a Escola de Música, o Colégio Agrícola, a Prefeitura e o Hospital das Clínicas, este último com apenas 1 professor em seu quadro próprio de pessoal.(Vide tabela I ao final do artigo).

Em termos absolutos, a escola que possui maior número de sócios da APUBH é a Faculdade de Medicina (186 associados), seguida pelo ICB (168),ICEX (162),FAFICH (136), FALE (111 sócios). As unidades com menor número de professores vinculados à sua entidade, exceptuando-se aquelas já citadas acima que não contam com nenhum associado, são a Reitoria (com 3 sócios), a Odontologia (com 6) e o Centro Peda

gógico (com 7 professores associados). É evidente que o peso destes números é diferenciado, segundo o tamanho das escolas e o número de professores com que contam seus quadros.(*)

Assim, se observarmos o peso relativo dos professores associados à APUBH em cada unidade, teremos um quadro bastante diferente:

São as escolas de Biblioteconomia, onde 78% dos professores pertencem À APUBH, a FALE (73,5%) a Enfermagem (70%) a FAE (68%) e a Faculdade de Farmácia (64,4%) as unidades que apresentam o maior percentual de docentes associados à entidade.

Quanto ao cargo ou função do professor, (ver tabela' II) verificamos que o maior número de sócios encontra-se na categoria de Professor Assistente (841 são associados, 51% da categoria), vindo em seguida os Adjuntos (391 sócios, 36% da categoria) e por fim os Titulares (apenas 52 sócios em 192 professores). É interessante observar que na categoria dos Auxiliares de Ensino, provavelmente recém recrutados pela Universidade, encontramos apenas 26 sócios da APUBH num total de 119 professores auxiliares. Assim, a parte mais substantiva do movimento de professores da UFMG, organizados em sua entidade representativa, é composta por Professores Assistentes e Adjuntos, que totalizam 1232 associados em 1355 sócios em toda a Universidade.

(*) - Além disso, muitas unidades contam com professores que se encontram lotados em outras unidades, o que gera algumas deformações nos dados examinados. É o caso, sobretudo, do Centro Pedagógico.

TABELA 1

PROFESSORES / UNIDADE	SÓCIOS	%	Não SÓCIOS	%	TOTAL
REITORIA	03	10,34	26	89,1	29
BIBLIOTECONOMIA	25	78,12	07	21,87	32
PREFEITURA			02	100,00	02
BELAS ARTES	26	52,00	24	48,00	50
COLTEC	12	42,85	16	57,14	28
COL. AGRÍCOLA			24	100	24
FARMÁCIA	58	64,44	32	35,55	90
VETERINÁRIA	50	46,72	57	53,27	107
ODONTOLOGIA	06	4,25	135	95,74	141
ENGENHARIA	87	23,26	287	76,73	374
ARQUITETURA	30	30,61	68	69,38	98
FAFICH	136	49,63	138	50,36	274
DIREITO	19	18,44	84	81,55	103
FACE	54	33,33	108	66,66	162
FAE	90	68,18	42	31,81	132
CENT. PEDAG.	07	38,81	15	68,18	22
FALE	111	73,50	40	26,49	151
MÚSICA			59	100	59
ED. FÍSICA	30	41,66	42	58,33	72
ENFERMAGEM	60	69,76	26	30,23	86
MEDICINA	186	36,25	327	63,74	513
GEO-CIÊNCIAS	35	39,32	54	60,67	89
ICEX	162	44,75	200	55,24	362
ICB	168	57,73	123	42,26	291
H. CLÍNICAS			01	100	01
T O T A L	1355	41,04	1937	58,67	3292

TABELA 2

CARGO/FUNÇÃO	SÓCIOS	%	NÃO SÓCIOS	%	TOTAL
Auxiliar de Ensino	26	21,84	93	78,15	119
Assistentes	841	51,24	800	48,75	1641
Adjuntos	391	35,97	696	64,02	1087
Titulares	52	27,08	140	72,91	192
Prof.Ens. I e II	17	28,33	43	71,66	60
Prof. Temp. I e II	02	16,66	10	83,33	12
Visitante	04	50,00	04	50,00	08
Prof.Colaborador			01	100	01
Prof.Horista			02	100	02
Prof.Ens.Secund.			04	100	04
004050300			01	100	01
201040142			06	100	06
201040146	01	7,69	12	92,30	13
201040144			04	100	04
203040200			02	100	02
205040100			44	100	44
206040100			36	100	36
003040000			07	100	07

